

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**MACEDO, Jorge Borges de** (Lisboa, 1921-Lisboa, 1996)

Historiador e formador de grande relevância do século XX em Portugal, as suas origens familiares situam-se no norte do país. Seu pai, José Pinto de Macedo, economista, professor, político e jornalista, provinha de uma família duriense, com ligações a Vila Nova de Gaia e a Resende. Fora Secretário do Partido Republicano Radical e defendia uma posição constitucional de autonomia a conceder aos territórios ultramarinos nomeadamente de Angola. Sua mãe, D. Maria da Conceição Borges de Macedo, de família de Trás os Montes, Macedo de Cavaleiros e Vale Benfeito, era fiel à religiosidade católica que, em contraste com o marido, terá transmitido a seus filhos. JBM completou o curso liceal em Lisboa, no Liceu Passos Manuel. De entre os professores lembraria, mais tarde, o Doutor Ângelo Ribeiro, um dos colaboradores de Damião Peres na sua *História de Portugal*. Ingressa na Faculdade de Letras de Lisboa no ano lectivo de 1939/40, destacando-se como aluno, pelo que recebe um prémio de estudo no ano lectivo de 1942/43. Licencia-se em Ciências Históricas e Filosóficas em 1944, com a dissertação *A situação económica no tempo de Pombal – alguns aspectos* (editada em 1951). Nesta altura a sua produção era já conhecida, como colaborador, a partir de 1940, na imprensa periódica, nomeadamente em *O Diabo*, na *Seara Nova* e *Vértice*. O texto da conferência proferida no Instituto Francês em Portugal em 17 de Março de 1952, sobre Portugal e a economia pombalina, em que apresenta os primeiros resultados do seu estudo sobre o movimento do porto de Lisboa, reforça a atenção da comunidade científica nacional e internacional e o acolhimento favorável por parte de personalidades como Veiga Simões, Jaime Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Earl Hamilton e Lucien Febvre. O texto é publicado mais tarde na *Revista de História* de São Paulo.

Após a licenciatura, e ao mesmo tempo que mantinha a sua actividade de investigador e participava nos projectos editoriais da especialidade, JBM foi Professor provisório do ensino técnico na Escola Machado de Castro em Lisboa (1946-48) e na Escola Fonseca Benevides (1948-49) e Professor de História e Filosofia no Colégio Moderno de Lisboa (1949 -53). Neste ano entra para o quadro dos Correios, Telégrafos e Telefones, onde é “examinador” (1953-57). Continua, no entanto, a pesquisa histórica sobre o porto de Lisboa no século XVIII e sobre a sociedade dos séculos XV e XVI, sem abandonar a leccionação de aulas particulares de Filosofia, História e Português, que manteve até muito tarde. Ingressa por concurso como Segundo Assistente da Faculdade de Letras, cabendo-lhe as aulas práticas de Teoria da História,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cadeira regida por Virgínia Rau (em que terá regência em 1963) e as aulas práticas de História dos Descobrimentos e Colonização Portuguesa, regida por Manuel Heleno. Seguem-se as atribuições da leccionação de História Moderna e Contemporânea (1958), História da Cultura Portuguesa (1959), História da Cultura Moderna (1960), História de Portugal II (1960), História de Portugal I (aulas práticas, em 1964/65). Em Junho de 1964 defende a tese de doutoramento sobre *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Estava provada a sua inserção no meio académico e o apreço que recebia da comunidade científica nacional e internacional: em 1963 participava no 5º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Coimbra e era nomeado co-secretário da Comissão Portuguesa do Comité International des Sciences Historiques; em 1965 dava-se a sua participação no 2º Congresso Internacional de História Económica em Munique, seguia-se uma missão no Brasil e a participação, em 1966, no VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Boston e Nova York. A partir do ano lectivo de 1965/66 exerceu também docência no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (História Económica) e a investigação no Gabinete de Investigações Económicas, até 1972, ano em que as declina pela dificuldade de as conciliar com a actividade na Faculdade de Letras de Lisboa. Nesse ano, orientava um curso no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Em Maio e Junho de 1967 têm lugar as provas de Agregação e no ano seguinte as provas de concurso para Professor Catedrático. Escolhe, então, a Cátedra de História Moderna e Contemporânea de Portugal onde desenvolverá assinalável magistério com o seu pensamento estruturado, as suas excepcionais argúcia e capacidade argumentativa e o seu conhecimento sempre actualizado sobre a investigação e bibliografia estrangeira, termos de comparação fundamentais para avaliar a posição e o significado de Portugal e da sua História na realidade internacional. Rege, ainda, o Seminário de História Moderna e as cadeiras de Teoria da História e História da Cultura Moderna e Contemporânea. A este respeito, devem citar-se as diversas colectâneas dos seus cursos, procurados por gerações de alunos que neles obtinham os esquemas interpretativos, as argumentações e o apontamento das consequências. Os contactos internacionais continuam. Está presente no Colóquio Internacional de História Marítima em Sevilha (1967) em que apresenta, em conjunto com Teixeira da Mota e o Professor Frederic Mauro, uma comunicação de base sobre as rotas portuguesas do Atlântico Sul. Na reunião da Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales em Nápoles (1969), apresenta uma comunicação sobre movimentos agrários em Portugal e aproveita o ensejo para a investigação histórica nos arquivos de Florença. Nesse mesmo ano recebe convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para se deslocar ao Brasil, vai a Madrid e visita oficialmente a sede da Nato em Bruxelas. Desloca-se, no ano seguinte, a Londres e participa, nesse mesmo ano de 1970, no Congresso Mundial das Ciências Históricas em Moscovo, como co-secretário da Secção Portuguesa da Société Internationale des Sciences Historiques. Em 1972 é convidado a participar numa reunião de historiadores e de sociólogos sobre temas espanhóis e portugueses na Universidade de Madison (Winsconsin).

A revolução de 25 de Abril de 1974 afasta JBM temporariamente do ensino na Faculdade de Letras,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

enquanto as Universidades de Coimbra e do Porto continuam a solicitar a sua participação em diversas provas académicas. Em 1976, a Universidade Católica Portuguesa convida-o para reger a cadeira de História Económica e nela será integrado, em 1979, como Professor Ordinário (Catedrático). Também em 1976 o Centro de Hotelaria e Turismo convida-o a leccionar dois cursos de História Social da Arte e de Cultura Portuguesa e a Fundação Adenauer encarrega-o da direcção de um grupo de estudo sobre a figura de Fontes Pereira de Melo. Em 1977, a Escola Superior da Força Aérea solicita a colaboração de JBM na preparação de quadros superiores. E idênticos pedidos surgem por parte do Instituto da Defesa Nacional, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto Superior Naval de Guerra, estímulo e pretexto para concretização dos seus estudos estratégicos e de história comparada que levarão à realização de uma das suas mais originais e citadas criações, as “Constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa. Estudo de geopolítica”. Em 1978 era designado Vice-Presidente da Comissão Portuguesa do Comité International des Sciences Historiques. Em 1980 é reintegrado no ensino universitário na Faculdade de Letras de Lisboa, onde retoma as suas actividades de docência e investigação, privilegiando a partir de então a área de História Contemporânea. É o coordenador das áreas de História Contemporânea e de Metodologia, e docente de História de Portugal secs. XVIII a XX, Metodologia da História, e dos seminários de História Contemporânea de Portugal, Empresas, áreas e legislação económica, sécs. XVIII a XX e História Diplomática de Portugal.

A actividade científica a nível internacional acompanha todo este percurso: em 1980, toma parte na III Reunião Internacional de Camonistas em Coimbra e no colóquio da Society for Spanish and Portuguese Studies, em Nova York. Em 1982 rege um curso de extensão universitária em São Paulo, Brasil. Em 1985 apresenta, no *I Congresso sobre opções estratégicas do Portugal pós-imperio*, promovido pelo *Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais*, na Fundação Calouste Gulbenkian, a comunicação “Opções estratégicas e internacionais de Portugal Contemporâneo – uma perspectiva crítica”, desenvolvendo posteriormente vários aspectos da interpretação do contributo de Portugal para a União Europeia. Em 1988 desempenha missão académica pela Academia Portuguesa da História junto do Comité International des Sciences Historiques. Em 1990 intervém, na George Washington University, com a conferência “The Discoveries as an Experimental Realization”, no âmbito da conferência internacional “Portugal and Spain of the Navigators: The Age of Exploration”; intervém, também, em Roma, no Programa “Origens do Estado Moderno”, da European Science Foundation que fora convidado a integrar, com a conferência “O Estado na Historiografia e na Teoria e Filosofia Contemporâneas”. É, nesse mesmo ano, o orador oficial no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, no Dia de Portugal. Em 1991 rege um curso na Universidade de Colónia e desloca-se ao Zimbawe para proferir a conferência “Portugal, the Discoveries and Africa”. Em 1993 apresenta a conferência “The Mediterranean as the Cradle of European Civilization”, no âmbito do European Forum Alpbach.

Pelo seu *curriculum* académico e científico pode comprovar-se a importância atribuída por JBM aos contactos com a investigação científica estrangeira e à presença de historiadores portugueses nos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

congressos internacionais da especialidade. Pessoalmente têm especial relevo as investigações que levou a efeito nos arquivos de Paris em 1959, de Londres em 1959 e em 1970, ano em que particularmente se debruçou sobre a história das empresas e das relações dos portugueses com ingleses, judeus e outras nacionalidades. A inserção no mundo científico internacional acompanhou-o durante toda a vida e manifestou-se, quer na forma como se manteve actualizado e presente nos debates públicos e internacionais quer, e isso será o mais importante, na dimensão internacional da sua obra que confere à História de Portugal o aprofundamento e o significado próprio à escala europeia e mundial. Tal atitude foi sempre acompanhada pelo contacto directo e imediato com a bibliografia da especialidade, que só teria sido possível com o conhecimento das línguas estrangeiras, activo e praticado na conversação e na leitura, o que lhe permitiu ser tradutor de obras de Gordon Childe, T.S.Ashton, Ernest Baker, Georges Clark, Lucien Febvre, F.L. Ganshof, Pierre Ducassé, Daniel Mornet, Paul Vaucher, entre outros autores cuja tradução supervisionou. Prestes a atingir o limite oficial de idade e a jubilação universitária, JBM profere a sua “Ultima Lição” na Faculdade de Letras em 10 de Dezembro de 1991: “A Sociedade Portuguesa no Tempo de Camões”.

Em contraste com a diversidade e riqueza das suas actividades de docência, investigação e comunicação científica, é manifestamente escasso o número de cargos para os quais foi convidado e que, efectivamente, aceitou. Foi secretário da Sociedade Portuguesa de História da Civilização criada em Lisboa em 1949, filial da Société Marc Bloch de Paris, e que teve existência efémera. A partir de 1964, é Secretário do Centro de Estudos Históricos, do Instituto de Alta Cultura, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, de que será Director, após a morte de Virgínia Rau (1973-74). Este Centro de Investigação teve como programa o desenvolvimento de três vertentes, a saber, a história das estruturas da sociedade portuguesa, a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal e na respectiva exposição estão evidenciadas duas das preocupações constantes da produção historiográfica de JBM: o estudo das reais condições da evolução da sociedade portuguesa e do papel que as relações internacionais exerceram na história nacional. Da estruturação do Centro fazia parte intrínseca a criação da revista *Do Tempo e da História*. A este Centro a presença actuante de Virgínia Rau e Borges de Macedo assegurou a capacidade da montagem e da realização de um projecto de investigação histórica de longo termo e o indefectível prestígio reafirmado em várias ocasiões pelas instituições congéneres nacionais e internacionais, como se pode comprovar pela consulta dos arquivos históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1970, JBM era convidado para Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, cargo que não aceita. Não aceita, da mesma forma, em 1972, o convite para Director da Faculdade de Letras. Em 1980 é convidado para membro da comissão cultural da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura e, em 1983, será o Coordenador do Núcleo do Museu Nacional de Arte Antiga integrado neste evento. Como conselheiro cultural e vice-presidente, a partir de 1990, do Conselho Superior de Defesa e Salvaguarda do Património, tem relevo a sua acção junto do Ministério da Cultura, junto das direcções dos museus nacionais e na montagem de vários eventos com repercussão europeia. JBM aceita, finalmente, em 1990, o cargo de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No seu tempo tem lugar a inauguração das modernas instalações do Arquivo na Alameda da Universidade. Como novo director, realiza o que concebe como missão histórica e cultural para o primeiro Arquivo Nacional, enriquecendo o seu património documental através da aquisição de um conjunto relevante de códices e manuscritos que aludem à história portuguesa, e abrindo-o à comunidade nacional e internacional, organizando e apoiando a realização de exposições, seminários, jornadas, congressos nacionais e internacionais que acolhe, de que são exemplos, entre muitos, a reunião da segunda conferência plenária da European Science Foundation intitulada *The Origins of the Modern State in Europe* (1992) ou o IV Congresso das Academias de História Ibero-Americanas (1994).

A colaboração cultural de JBM na imprensa periódica iniciou-se em 1940, portanto antes do termo da sua licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na publicação *O Diabo*, com artigos de opinião, noticiário de publicações e de eventos culturais e seu comentário e com a rubrica “Correspondência dos leitores”. A partir de 1946 colaborava na *Seara Nova*, após 1948, na *Vértice*. Junta-se-lhes a colaboração em *Ler. Jornal de Letras, Artes e Ciências* a partir de 1952, o *Bulletin d'Études Historiques* nº 1 de 1953. Trabalhos seus aparecem num conjunto diversificado de periódicos nacionais, no qual se destacam a *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, a *Revista Portuguesa de História* de Coimbra, o *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, *Garcia de Orta*, *Arquivos do Centro Cultural Português* da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris, *Economia*, de Lisboa, o *Boletim da Faculdade de Direito* de Coimbra, a *Revista Portuguesa de Filosofia* de Braga, *Brotéria*, a *Revista da Biblioteca Nacional*, a *Revista de História das Ideias*, de Coimbra, a *Revista da Universidade de Coimbra*, *Didaskalia* e *Estratégia*, *Revista de Estudos Internacionais*. A sua presença na imprensa e noutros meios de comunicação social é crescente, quer na forma de depoimento ou comentário exigido por questões culturais e de actualidade, quer também através de entrevistas, programas e séries de programas. Até à década de setenta, entre outros no *Diário de Notícias*, nos jornais *O Tempo*, *A Tarde* e no *Semanário*, aumentando a frequência de intervenção no final desta década e na seguinte, agora na rádio e na televisão. JBM colaborou, também, desde cedo, em obras colectivas: preparou, com Joel Serrão, a primeira colectânea de textos para o ensino da Filosofia a *Breve Antologia Filosófica* (1947); seguiu-se “As Condições Sociais da Cultura (Séc. XV)” para a *História da Cultura em Portugal* de António J. Saraiva (1950). E merecem destaque as 25 entradas para o *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão (1963-68), as 89 entradas da *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1963-86), as colaborações na *Focus. Enciclopédia Internacional*, no *Dicionário de Economia*, no *Dicionário Político do Ocidente*, na *Polis*. Um outro aspecto da sua intervenção cultural pública foi o aconselhamento científico de exposições de diversa índole: cite-se a sua intervenção em *O Triunfo do Barroco*, bem como em *Europalia* (1991).

No plano da investigação científica, assinala-se a sua dissertação de licenciatura como o primeiro estudo histórico significativo (acima referida). No entanto, JBM começara a publicação de textos históricos e culturais em 1940 e neles já se definiam princípios e atitudes que irão nortear a sua produção, tais como a



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

chamada de atenção para a responsabilidade cultural e social dos intelectuais e a função da escola; o valor dos modelos da cultura clássica; o interesse pela aproximação cultural e religiosa de outras culturas e o perigo das traduções e do anacronismo. Eram abordados os grandes temas da História de Portugal e a sua relação com a História Geral, particularmente no que se referia à situação internacional, a revolução de 1383/85, a revisão historiográfica sobre o Marquês de Pombal e o seu tempo, a teoria política dos expoentes do Liberalismo, como Garrett e o significado das revoluções do século XIX para o desenvolvimento da Europa no mundo contemporâneo. Desde cedo debateu as consequências da industrialização na vida económica europeia e mundial e se interrogou sobre o significado da revolução industrial, inglesa, ensaiando uma perspectiva de história económica comparada integrando os dados particulares das histórias nacionais dos séculos XIX e XX, que viria a desenvolver mais tarde na sua docência, vincando as diferenças entre os processos inglês e francês, que W.W. Rostow traduziu pela expressão *take off*, no primeiro caso, e P. Mantoux por “industrialização”, no segundo.

A génese e a evolução do pensamento histórico de JBM pode entender-se, assim, em relação aos interesses culturais e políticos do meio familiar e social em que cresceu, em relação à escola em que foi formado, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e como resposta às diversas conjunturas da realidade que intensamente viveu e que procurou compreender, por critérios múltiplos, por análises precisas distinguindo os motivos de longa, média e curta duração, e pela resposta humana no tempo e no lugar. Aliás eram estas as directrizes para o conhecimento histórico, na linha de renovação de Marc Bloch e Lucien Febvre aos quais se seguira Fernand Braudel. Critérios do seu próprio percurso intelectual e que assumiu como deontologia, a que juntou o realismo e a clareza de explicação da historiografia inglesa que cedo também cultivou, a integração das questões tecnológicas numa visão científica e sociológica e os estudos de mercado, o que o fez rejeitar, em nome da História, tanto as respostas ideológicas que tudo procuram abranger mas não conseguem responder com precisão e rigor ao problema dado, como as explicações imutáveis do determinismo material ou estrutural em que o tempo e o modo e a intervenção humana não têm expressão.

Rejeitou, por isso, o primado dos princípios gerais caro a António Sérgio, a imutabilidade “minérvica” dos mesmos, porque insuficientes como ferramenta para o historiador. A este propósito, defendendo a capacidade de decisão pessoal e responsável, JBM também se distanciou, bem cedo, da concepção imutável e determinada do budismo. A crítica que neste sentido apresentou às propostas de interpretação histórica de António Sérgio visava contestar o primado da razão em detrimento da percepção do real histórico, a propósito das interpretações históricas sobre a revolução de 1383/85 e teve plena explanação em “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)”, publicado na *Revista de História das Ideias* de Coimbra, em 1983. JBM chamava a atenção para a complexidade do real, para a necessidade de definir a conjuntura, e especialmente para fenómenos tão complexos como a guerra. E insistia também na diversidade de factores e perspectivas em que se deveria procurar entender a problemática dos descobrimentos, citando, em contraposição, autores que apreciava, tais como Joaquim



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bensaúde, Carlos Malheiro Dias, Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite e Jaime Cortesão. Na mesma ordem de considerações elogiará Paulo Merêa, Lúcio d’Azevedo, Leite de Vasconcelos, e Carolina Michaelis de Vasconcelos.

Próximo da análise e do entendimento das condicionantes físicas, geográficas, mentais, de classe ou grupo social, JBM rejeitou, igualmente, o determinismo de qualquer destes factores como explicação única, procurando as opções da liberdade responsável. Afinal, a sua posição aproximar-se-ia da de Raymond Aron, que muito apreciou, bem como da denúncia de qualquer forma de “ópio do intelectual”. Pode verificar-se que esta posição se definiu, para JMB, muito cedo, quando se analisam os primeiros artigos e a sua primeira grande obra a que atrás se fez referência. Ela levou - o a aproximar-se de Jaime Cortesão, o historiador de concepção global e de exigência explicativa do real, como está manifestada, em concreto, na obra *Os factores democráticos da formação de Portugal*. JBM é o orador, em 25-I-1953, em nome do grupo de História, no banquete de homenagem a Jaime Cortesão regressado do exílio. Este apreço por Cortesão será expresso mais tarde, no estudo “A teoria da História de Jaime Cortesão” editado na *Prelo* (1984). Noutras referências o próprio explicitou a importância que, no respeito aos estudos históricos, atribuía também a Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, Rebello da Silva, Oliveira Martins, António Sardinha e Silva Cordeiro.

Os prefácios que prepara para as suas obras são outras tantas páginas de explicitação teórica. No que preparou para a 1ª edição da sua dissertação de licenciatura, rejeitou a singularidade do determinante directo, apelando para o estudo concreto da sociedade como ponto de partida, insistindo em explicações concretas, com razões concretas, hipóteses concretizadas ou concretizáveis. Segundo JBM, a constituição de uma ciência histórica vive das perguntas que cada época coloca, e a este respeito invocava Herculano que considerava “notabilíssimo historiador”. Os estudos provisórios não eram falsos ou inúteis, mas passos de uma síntese em construção. E registava o agradecimento a dois dos seus professores na Universidade: Silva Marques e Magalhães Godinho. A teorização continuava: desde logo, o erro da perspectiva do “grande homem” sem o estudo do meio, da sociedade, da engrenagem administrativa, da estrutura económica. Deveriam coexistir o estudo concreto de uma época, das condições dadas ou herdadas do passado, a noção da continuidade, “lei fundamental da metodologia histórica” e a concepção personalista. Nessa base avaliar-se-ia o teor de um período concreto a estudar, se se tratava de uma quebra ou de uma continuação. Nesta perspectiva pretendia estudar a acção de Pombal e introduzir a noção de *fase* no tempo do seu governo. A esta luz estudar-se-ia um período que a historiografia maioritariamente definira como um todo, procurando determinar as fases económicas que o constituíam.

As explicitações acompanhavam a 2ª edição deste estudo, saída em 1982. No respectivo Prefácio, num tempo em que a despromoção do político dificultava a caracterização do “mundo português”, o estudo sobre Pombal apresentava-se como o estudo do processo de decisão, e nesta dialéctica JBM invocava Hegel, num conjunto de referências em que incluía Burnham que chamara, precisamente, a atenção para a dinâmica empresarial. Tratava-se de estudar o tempo de Pombal, formular hipóteses para a compreensão



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de uma *situação* conjuntural. E a esta luz Macedo insistia na clarificação dos conceitos políticos, afastando a noção de absolutismo monolítico e substituindo-a pela de “absolutismo como teoria do poder”, conceito que tinha defendido, como lembrava, no artigo que lhe consagrou no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Segundo esta concepção, Pombal seria o indivíduo emergente de um grupo que representava uma alternativa política. Em todos os casos, era necessário lembrar todas as formas de equipamento social, incluindo o tecnológico, a que prestara atenção noutro trabalho fundamental, a sua tese de doutoramento. E como estímulos para esta 2ª edição, referia Luís de Albuquerque e invocava, de novo, Silva Marques e Magalhães Godinho. E elucidava sobre o que ficara a dever a Hegel e ao jovem Karl Marx, a Ernest Mach e Luppold, Gama Barros, Alberto Sampaio, Basílio Teles, Paulo Merêa, J. Lúcio d’Azevedo, Alfredo Pimenta, Veiga Simões, Mário de Albuquerque, Vitorino Magalhães Godinho, e no método, a Marc Bloch e Lucien Febvre. Novas ou reiteradas observações eram feitas no Prefácio à 3ª edição desta obra, saída em 1989. Nele insistia na interdisciplinaridade para caracterizar a conjuntura económica e social, e no político como intérprete indispensável das situações, agente de uma minoria criadora, como o entendia Toynbee, responsável perante a maioria que a seleccionava. Referindo a visão de Marc Bloch sobre a sociedade feudal, apelava a uma visão de integração sobre a História de Portugal, do tempo do tratado de Methuen até ao Liberalismo, citava o debate sobre o significado de “despotismo esclarecido” remetendo para o artigo que lhe consagrara, também, no *Dicionário de História de Portugal*, insistindo em que absolutismo e luta política interna poderiam coexistir, e fora esse o caso em Portugal. Na 2ª edição da sua tese de doutoramento, também saída nesse ano, no campo das influências recebidas, indicava Dilthey, Husserl e Hartmann, os *Annales*, Fernand Braudel, Jean Meuvret, Arnold Toynbee, Max Weber, Ernest Cassirer, Huizinga, e de novo lembrava Paulo Merêa.

JBM rejeitou a História como sistema, a História como estrutura auto-sustentável, mas soube servir-se dos critérios do tempo longo, em diálogo com os factores de mudança. Compreendeu, por isso, a posição historiográfica de Braudel, que o marxismo procurou, sem o conseguir, chamar totalmente a si insistindo nas determinantes do mundo físico e material e confundindo a definição da dinâmica económica com a de capitalismo. A esta coincidência Braudel contrapusera a importância da opção humana e do mundo económico como um humanismo. Igualmente, perante o estruturalismo matemático, JBM advertiu da importância dos fenómenos minoritários em História e da capacidade pessoal de formar uma apreciação. Mas outra ordem de referências se poderia também colher dos seus cursos magistrais: a recepção das contribuições de Oswald Spengler, Lewis Mumford, Vilfredo Pareto, George Kennan e Frederic Mauro. Deste grupo, a que seria necessário juntar, de novo, Max Weber faziam parte as referências sociológicas e estratégicas marcantes na sua obra, que acompanham as suas preocupações sobre a caracterização dos fenómenos políticos pelo estudo da formação e substituição das elites na história portuguesa.

Na obra *Problemas da indústria em Portugal no século XVIII*, atrás citada, estudara as “condições do equipamento industrial português no século XVIII”, e invocara a investigação levada a efeito sobre o porto de Lisboa que deveria, em seu entender, continuar, quer para elucidação da sua função internacional, quer



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

para esclarecer o que representava para Portugal em relação com a estrutura agrária e industrial. JBM pretendia esclarecer as condições do Portugal Moderno dentro da problemática e temática próprias, os modos de ajustamento ao meio por parte de técnicas industriais, agrícolas ou comerciais, interessando a produção e a distribuição. Realizado o levantamento do equipamento português, podia afirmar que a introdução das manufacturas fora feita para dar “nova forma às fábricas do reino” e não para as criar. Restaria verificar se o modo de produção tradicional da actividade industrial portuguesa baseado na pequena oficina e no trabalho caseiro continuariam a ser competitivos. A emissão das *Pragmáticas* afirmava a crença nessa possibilidade. E a verdade é que a indústria portuguesa resistiu durante todo o século XVIII. A esta luz estuda o “verdadeiro” significado do Tratado de Methuen e o que representou o Bloqueio Continental. Ficava claro que a indústria portuguesa viria a soçobrar nos começos do século XIX e que à Revolução de 1820 não correspondeu qualquer surto ou desenvolvimento industrial ou qualquer à vontade económico.

O trabalho sobre *O Bloqueio Continental*, que veio a lume antes da tese de doutoramento mas que teve, como se depreende, gestação concomitante, merece citação entre as preliminares do estudo da produção historiográfica do Autor porque insiste em esclarecer pontos teóricos para a abordagem da história económica e das suas relações com a história política. No seu Prefácio, foca o tema das histórias nacionais, elementos preciosos de cultura, participando na formação de ideologias ou partes delas (o que são características das histórias universais) e que “compensam largamente a escassez de experiência directa dos homens, inevitável nas histórias universais. No plano da experiência directa, nada pode substituir a sequência dos acontecimentos nacionais” que fornece o “sentido unitário de um corpo social complexo e integralmente estruturado em todas as modalidades da existência humana, que se sintetiza num corpo colectivo, sobretudo quando politicamente independente”. Como historiador, Macedo chamava a atenção para “o indeclinável particular que as histórias nacionais contêm”, e numa segunda ordem de considerações, dentre as várias perspectivas a que a História fora chamada a responder, militar, política, religiosa, relevava agora a económica, a que faltaria, em muitos casos, a justa classificação dos problemas em relação ao tempo e a justa avaliação dos casos particulares. Na 2ª edição deste estudo (1990), JBM declarava visar uma história económica livre da pressão ideológica determinante e obter condições científicas para uma história global dentro de coerências integrativas não causais. Pretendia lutar contra a ideologia nas ciências humanas, analisar a Aliança Inglesa fora da luta “continentalistas – anticontinentalistas”. E, colhida a experiência da 2ª Guerra Mundial, avaliar a estratégia portuguesa de acordo com a regra de Von Clausewitz de evitar sujeitar-se à vontade do inimigo e poder continuar a luta militar. Seguiam-se as reflexões sobre as capacidades de uma pequena área perante a grande estrutura, as interrogações sobre onde começam e acabam as áreas regionais, onde está a retaguarda da Europa.

No mesmo sentido se preocupou em definir as características e a importância da cultura portuguesa. No trabalho de 1968 a que deu o título de *A cultura portuguesa no mundo contemporâneo: um problema geral*, definira o que entendia por cultura portuguesa. Na sua génese, pode ter reelaborado e reaproveitado



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

recursos de outras áreas, mas como forma e função de adaptação e de expressão, a cultura portuguesa cumpre o papel que lhe pertence e no qual é insubstituível, na criação de uma língua, na sua sensibilidade plástica, na sua expressão heróica e épica, na formulação e teorização dos seus objectivos e possibilidades políticas, desde a origem. Também quanto aos recursos técnicos, forjou o seu próprio equipamento náutico e a sua forma administrativa, que também são aspectos relevantes da cultura. A esta luz JBM elucidou, em 1973, sobre a polémica que rodeava o uso da expressão “estrangeirado” e a evolução do sentido que lhe fora atribuído, desde a censura àquele que não compreende a estrutura civilizacional e cultural em que teve a sua génese, à validação como superior, das propostas oriundas dos que assumem uma posição crítica e um princípio de validação exógeno. E neste ponto Macedo interrogava-se sobre “se a criação do “estrangeirado” não esquematiza o problema das influências em formas que subalternizam outros factores”, se não faz parte de um esquema de auto-valorização, de um aristocratismo de situação, qualquer que seja. Então seria necessário perscrutar as verdadeiras tensões dialécticas na cultura e na sociedade portuguesa e verificar a real dimensão e significado do “estrangeirado”.

Concomitantemente, JBM abordou a questão fundamental das capacidades de existência de Portugal como nação e estado e a sua posição na cena internacional, a expansão portuguesa e a particularidade do regime colonial, ao mesmo tempo que elaborava a teorização das várias fases do poder absoluto, definia os conceitos e a aplicação das noções de burguesia, nobreza, centralismo, despotismo esclarecido, companhias comerciais, indústria e industrialização. De salientar também o seu questionário e propostas de definição crítica dos processos de formação das elites em Portugal, sobre o papel das minorias e os problemas de mobilidade social da Monarquia Absoluta para o Liberalismo. Ao longo dos anos, debruça-se sobre as *Constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa*, síntese de história política, diplomática, militar, e de história comparada. Trata-se de uma obra na perspectiva geopolítica, que não anula nem ignora as tradicionais histórias diplomáticas cujo valor reconhece, referindo essencialmente o Visconde de Santarém e Eduardo Brazão. Nela o Autor analisa “a sequência de situações em que Portugal tem estado inserido” e “as soluções que, em face delas, os responsáveis (...) foram capazes de estabelecer e impor”. Procura compreender “a administração realista” “orientada pela vontade política” com a finalidade de defender a independência e a segurança nacional. A haver teoria, ela será “a teorização da experiência portuguesa”. O ponto de partida, a noção de “Nação situada”, que podemos ou devemos entender no que contribuíram para o seu esclarecimento, tanto Marc Bloch e Lucien Febvre como Orlando Ribeiro e a sua preferência pelos desafios geográficos em detrimento de quaisquer fenómenos determinantes. Sublinhava o papel insubstituível das elites, na cultura, na administração do sistema político, na estratégia económica, na componente militar. A defesa da independência nacional era o ponto chave da aferição da capacidade das elites e do mecanismo interno da sua selecção e verificação. Para além do domínio do necessário, existe a área decisiva em que se exerce a vontade política nacional. Vincando que a unidade de análise é a pequena potência de uma nação que se estrutura em estado, JBM considera que é precisamente nas pequenas potências que mais se evidencia a relação entre política interna e política externa e mais se torna



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

evidente a “utilidade” da função do Estado. A estes princípios obedeceu a distinção das diferentes conjunturas expressas na organização da obra.

Ao longo da sua vida, JBM continuou a responder às interpelações que o seu tempo colocava à História, ponto em comum com Herculano, que questionou a História questionando-se pelo seu presente. Com a sua obra JBM dialogou, analisando as posições historiográficas subjacentes, os argumentos e os critérios de validação. Não sendo um polemista, no sentido de um contraste sucessivo de posições até ao desgaste ou vitória de uma das propostas, atribuía especial relevância ao debate científico de hipóteses claras e fundamentadas. Aproximar-se-ia, assim, de Karl Popper. Mais do que uma atitude de polemista, está-se perante uma atitude de análise intelectual de posições às quais JBM reconhece importância, o que não quer dizer sempre concordância, e que se interessa em elucidar pelas consequências que delas poderão advir para a ciência. Não se trata, portanto, do gosto primordial pela polémica mas da consequência de uma concepção de serviço a prestar pelo intelectual. Da mesma forma que debatera a posição de António Sérgio, e que virá a discordar de certas interpretações redutoras da obra de Luís de Camões e do humanismo português, compreendeu Herculano e comentou as *Origens e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, chamou a atenção para a importância de Garrett, para a *História de Portugal* de Rebelo da Silva, para as *Épocas de Portugal Económico* de J. Lúcio d’Azevedo, para a obra de Oliveira Martins. Assim também elogiou a posição de Américo da Costa Ramalho no que concerne a caracterização do humanismo português, como sublinhou a importância da obra de Frédéric Mauro sobre o Atlântico e a expansão europeia.

No que respeita à sua intervenção cívica, a mais recente referência foi feita por José Brissos (apresentação da Exposição de Ana Macedo *Jorge Borges de Macedo privado e publicado*, 2010) que sublinhou como JBM “viveu de forma intensa, quase dramática, a experiência espiritual, política e cultural do século XX”, participando nos debates e opções intelectuais e políticas que se foram sucedendo e que a sua obra bem traduz, com uma evolução ideológica que gerou controvérsia nos que a não compreenderam. Moveu-se por imperativos de consciência e de opção racional, pela verdade, pela liberdade e dignidade moral e independência face ao poder. As suas opções políticas foram, portanto, consequência do amadurecimento das suas opções íntimas e do seu inconformismo. Se em jovem fora activista político na oposição ao Estado Novo e *leader* estudantil próximo da estrutura de organização do PCP, passando por grupos como MUNAF e MUD, em 1948 subscrevia a candidatura presidencial de Norton de Matos, envolvendo-se depois na revolta da Mealhada e sendo preso no Aljube. Afasta-se posteriormente destas estruturas e, perante a Guerra Civil de Espanha, o Pacto Germano-Soviético de 1939, a persistência do alinhamento do PCP a Moscovo, a invasão da Hungria em 1956, JBM deixa de fazer parte dos resistentes contra o regime, se bem que sempre se mantivesse independente e crítico perante o Estado Novo, advogando uma mudança que garantisse maior liberdade e participação política e debate interno eficaz. Defendendo, assim, mais as reformas e as renovações do que as revoluções, considerava necessário um princípio de autoridade em democracia. Desenvolveu, ao mesmo tempo, a sua atenção aos problemas



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sociais e à Doutrina Social da Igreja. Acolheu por isso, com expectativa, o governo de Marcelo Caetano e a revolução do 25 de Abril de 1974.

JBM pertenceu, entre outras associações científicas, à Academia Portuguesa da História, à Academia Internacional da Cultura Portuguesa, à Comissão Portuguesa do Comité International des Sciences Historiques, Lisboa, ao Comité International de l'histoire des mouvements sociaux et des structures sociales, Paris, à Historical Association (Londres), Académico Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil, sócio correspondente da Sociedade brasileira de pesquisa histórica, São Paulo, Brasil e da Academia Paulista de História. Foi ainda membro correspondente da secção de História Marítima da Academia da Marinha (1984), sócio Correspondente da Real Academia de la Historia de España, Académico Correspondente da Academia Nacional de História da Venezuela, sócio correspondente da 4ª secção (História e Geografia) da Academia das Ciências de Lisboa desde 1989, membro da European Science Foundation. Em Fevereiro de 1990 foi nomeado vice-presidente do Conselho Superior de Defesa e Salvaguarda do Património. Pela UNESCO foi ainda membro da Comissão de História da América Latina.

No seu *curriculum*, entre outras distinções, figuram os Prémios Abílio Lopes do Rego e Alexandre Herculano e o colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago e Espada conferido pelo Presidente da República Portuguesa Doutor Mário Soares.

**Bibliografia activa:** *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, Livraria Portugália, 1951 (3ª ed. 1989); *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1963 (2ª edição, 1982); *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de geopolítica*, Instituto da Defesa Nacional (1987) (2ª ed. 2006); "Portugal: um destino histórico", *1as Jornadas Académicas de Espanha e de Portugal. 25 a 27 de Maio de 1988*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 263-318 (2ª ed. 1999); "João Lúcio de Azevedo e o seu tempo", in João Lúcio de Azevedo, *Elementos para a História Económica de Portugal (séculos XII a XVII)*, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1967, pp. III-XLIV; *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, Delfos, 1962 (2ª edição, 1990); "A tentativa histórica "Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal" e as insistências polémicas", Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. I, Livraria Bertrand, Amadora, 1975, pp. XI-CXXXIV; *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Ed.Verbo, s.d. [1979]; *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem*, Livraria Bertrand, Amadora, 1980 (Prémio de Ensaio Alexandre Herculano, em 1978); "A "História de Portugal nos séculos XVII e XVIII" e o seu Autor", L.A.Rebello da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp. 7-130; "O aparecimento em Portugal do conceito de programa político", *Revista Portuguesa de História*, t. XIII, Coimbra, 1971, pp. 375-423; "A problemática tecnológica no processo da continuidade República – Ditadura Militar – Estado Novo" *Economia*, vol. III, nº 3, Lisboa, Outubro 1979, pp. 427-453; "Damião de Góis et l'Historiographie Portugaise", *Damião de Góis*.

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Humaniste Européen*, Braga, Barbosa e Xavier, Editores, 1982, pp. 55-243; *Portugal – Europa para além da circunstância*, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp. 1988; *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. 1990; “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses. Ensaio de formalização concreta”, *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990, pp. 193 – 213; “Marcelo Caetano e o Marcelismo”, in João Medina, dir. *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Ediclube, Amadora, 1993, pp. 263-282; “The Portuguese model of State Exportation”, *The Heritage of the Pre-Industrial European State, The Origins of the Modern State in Europe, 13th to 18th Century* (Ed. Wim Blockmans, Jorge Borges de Macedo, Jean-Philippe Genet), Lisbon, 1996, pp. 23-39.

**Bibliografia passiva:** *Jorge Borges de Macedo. Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*, coorden. Manuela Mendonça, pesquisa e organização José Brissos, Ana I. Cannas da Cunha, Ana L. Garcia, Lisboa, Ed. Colibri, Lisboa, 1991; *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Instituto Nacional de Investigação Científica, coorden. de Joaquim Veríssimo Serrão, Maria Luísa F. Braga, Vítor Santos Gonçalves e Maria do Rosário Themudo Barata, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1992; Ernesto Castro Leal, “Memória e Historiografia: notas sobre a Revista “Do Tempo e da História” (1965-1972)”, *Clio*, Nova Série, Vol. I, 1996, Lisboa, 1995, Edições Colibri, pp. 163-173; Armando Luís de Carvalho Homem, “Revistas Universitárias de História no Portugal do Século XX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, 1996, pp.339-372; Academia Portuguesa da História, *Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)*, pela Académica de Número Maria do Rosário Themudo Barata, Lisboa, 2004; *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. Legado Bibliográfico*, Tomos I – II, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005; Jorge Braga de Macedo, org. *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* (inclui a reedição do estudo *A Experiência Histórica Contemporânea*, editado pelo Autor em 1994), Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2005; Jorge Braga de Macedo, Luciano Amaral, Álvaro Ferreira da Silva e António Castro Henriques (organizadores) *Nove Ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo*, Tribuna da História, Lisboa, 2009; *Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois (1996 – 2006)*, *Negócios Estrangeiros*, nº 11.4.2007.

Maria do Rosário Themudo Barata



APOIOS:

